Combatendo a Desigualdade

SUEn - Sistema Único de Ensino

Proposta para uma
Reforma Educacional
Inclusiva



Jul 2022, v 2.5

Resumo:



- **Classificação,** em *ranking* único, de todas as escolas do Ensino Básico do país;
- Sistema de **incentivos**, onde os participantes, alunos, famílias e escolas (públicas e privadas) estejam empenhados em obter os benefícios no curto prazo;
- As melhores **pedagogias** acabarão naturalmente selecionadas ao longo do tempo.

Com efeito, a **Educação tem** duas dimensões:



Econômica: formação do capital humano



Social: motor de ascensão social

Por que reformar a Educação?

O *baixo nível educacional* inibe o **desenvolvimento econômico**, e também agrava a **desigualdade social**, tornando-se *segregativo*.

O que é baixo nível educacional?

Não se trata apenas de *escolarização*, pois o Brasil tem melhorado substancialmente a escolarização nas últimas décadas.

Trata-se da *incapacidade* de transformar escolarização em *produtividade e integração social*, a ponto de que a sociedade ultrapasse uma certa barreira para se mover de forma autônoma e endógena em direção a uma sociedade mais rica e integrada.

Baixo nível educacional é a dificuldade por parte da população escolarizada, em aplicar os conhecimentos adquiridos de forma efetiva no cotidiano social e profissional.

Por que a educação se tornou segregativa?

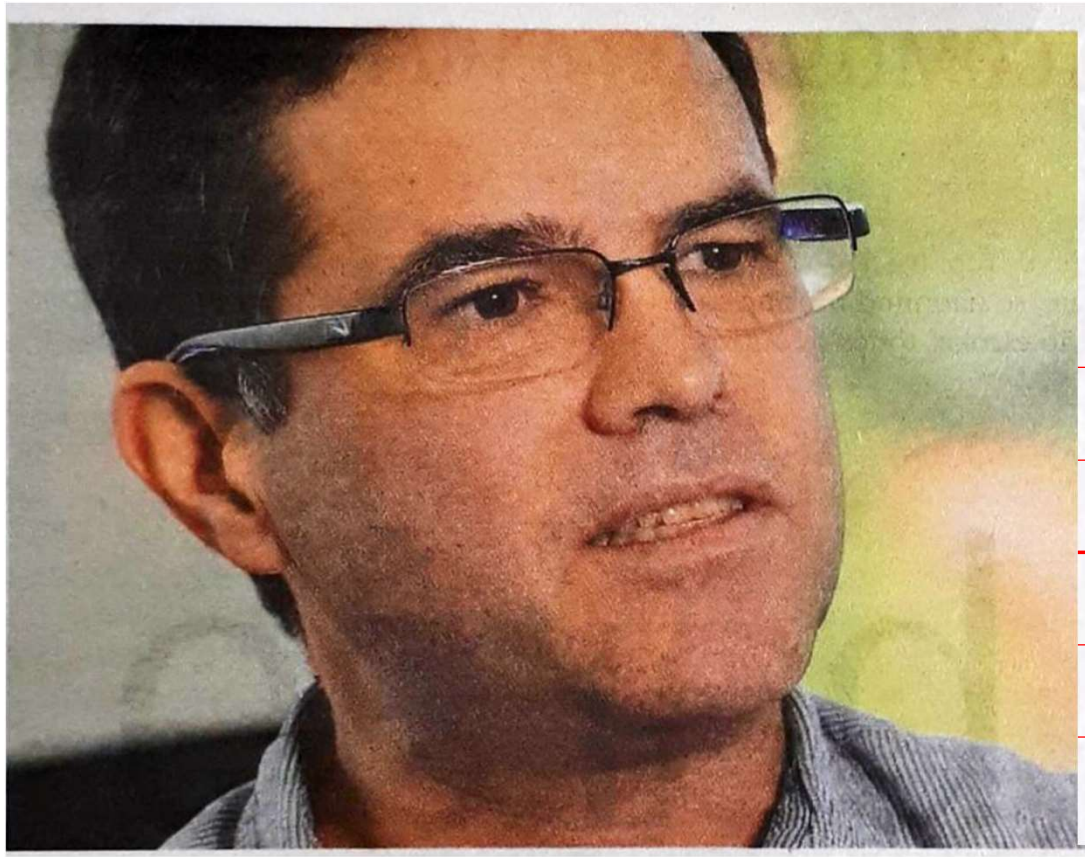
Há um *apartheid social* no Brasil! Jovens dos estratos sociais mais baixos encontram *barreiras não explícitas* de acesso aos mercados de trabalho, a despeito da sua capacidade cognitiva ou potencial acadêmico.

E ainda, as classes sociais mais favorecidas preferem colocar seus filhos em escolas particulares, devido basicamente ao *ambiente social e não ao nível acadêmico*. Isso inibe a integração social com as classes mais baixas.

Sem oportunidades de acessar as vagas mais bem remuneradas e produtivas, estabelece-se uma tendência à obsolescência e inércia social nos estratos sociais mais baixos.

Cria-se um desalento e uma resignação com vagas de menor remuneração, reproduzindo e cristalizando as desigualdades nas novas gerações.

Nível socioeconômico define desempenho acadêmico...



ANA PAULA PAIVA/VALOR

Estudo de Naercio Menezes Filho, do Insper, indica que o nível socioeconômico das famílias explica cerca de três quartos do desempenho das crianças em testes padronizados

A discriminação na educação é grande...

- Atualmente os pais colocam os filhos em escolas particulares não somente motivados pelo nível acadêmico; mas também, e **principalmente**, em virtude do nível sócio econômico dos alunos.

- ***"Quem serão os amigos do meu filho pelo resto da vida?"***

- Esse é o ***apartheid* social d**o Brasil, que é engendrado pela desigualdade na Educação!

Diagnóstico consensual =>

Só se pode falar em mérito se todos tiveram as mesmas oportunidades. Por ***Ana Stumpf González***

Tem um negro na minha vaga

Para aumentar mais rapidamente o padrão de vida da população brasileira no longo prazo, sem depender de fatores externos e evitando efeitos colaterais, é necessário conjugar aumentos do salário-mínimo com reformas institucionais, igualdade de oportunidades e melhorias na qualidade da educação, que permitam aumentar a produtividade da economia brasileira.

Naercio Menezes Filho, é professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP e membro da Academia Brasileira de

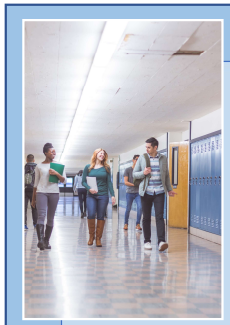
Qual a pedagogia a ser implementada?

- Os *especialistas debatem* sobre a melhor, ou melhores, pedagogias a serem implementadas, sem um consenso ou convicção...
- ***Não entramos no mérito*** de qual, ou quais, as pedagogias a serem implementadas.
- Nossa proposta acaba por selecionar as melhores escolas. Suas pedagogias, estão por trás desse sucesso, e são *candidatas naturais* a serem consideradas como modelos de pedagogia a serem generalizadas.

Mas como fazer ???

Como atingir níveis mais altos de *desempenho escolar,* e também quebrar o **ciclo vicioso da desigualdade**?

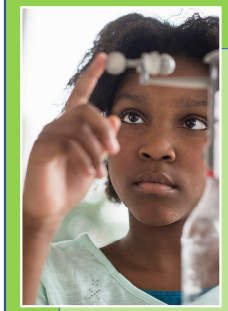
Educação é tripartite:



Escola



Família



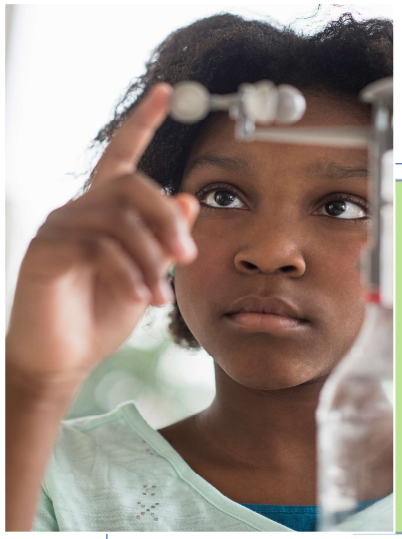
Aluno

Precisamos fazer com que as 3 partes se empenhem para que o ensino seja bem-sucedido. Vejamos a proposta...

Criação do SUEn

- **Sistema Único de Ensino**, onde alunos pobres e ricos poderão estudar juntos nas mesmas escolas, públicas ou privadas.
- **Mas como?**
- Progressivamente, ao longo de 10 anos metade de todas as vagas disponíveis no Ensino Básico serão preenchidas por critérios objetivos (*classificação nacional* dos alunos no SiSEB) e os alunos carentes serão **bolsistas**.
- **Vejamos o mecanismo...**

Educação tripartite...



Atrativo:

Oportunidade de estudar na escola que quiser...

Aluno

Aperfeiçoamento do SAEB

- Criação do **ENEF1: Exame Nacional do Ensino Fundamental 1**
  - Ao final do 5º ano
- Criação do **ENEF2: Exame Nacional do Ensino Fundamental 2**
  - Ao final do 9º ano
- Obrigatórios para **todos** os alunos, de escolas públicas e privadas.
- Aplicado **anualmente**.
- Usando a **TRI**-*Teoria de Resposta ao Item* do INEP.
- Com base na **BNCC**-Base Nacional Comum Curricular.

➢Foco no *aprendizado* do aluno.

Sistema de Seleção Unificado

- Criação do **SiSEB-Sistema Unificado de Seleção do Ensino Básico**, aproveitando o *know-how* do SiSU.
- Progressivamente, ao final de 10 anos metade de todas as vagas disponíveis no Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio serão preenchidas por *classificação nacional* dos alunos no SiSEB.
  - Classificação no ENEF1 para acesso ao 6º ano e ENEF2 para o Ensino Médio.

✓*As vagas remanescentes continuarão a ser preenchidas livremente por critérios próprios das escolas.*

Vagas para bolsistas em TODAS as escolas

- Todas as escolas do Ensino Básico, ***públicas e privadas***, devem atribuir vagas para acesso via ENEF1 e ENEF2.
- Começando com 5% e aumentando mais 5% ao ano; **chegando a 50% das vagas em 10 anos**.
- Os alunos ingressantes via SiSEB (que são os mais bem classificados), *e que sejam de baixa renda*, serão ***bolsistas*****, não pagando nada** pelo estudo no caso de escolas *privadas*, e recebendo **Bolsa Escola** no caso de escolas *públicas*.

Educação tripartite...



Atrativo:

Podem receber bolsa escola...

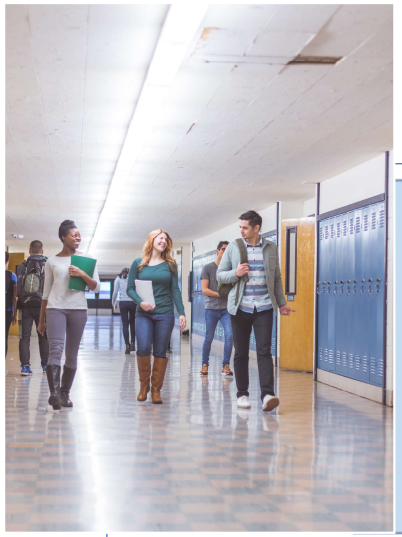
Família

Bolsa Escola

- Os alunos classificados via SiSEB no ensino ***público*** recebem a *Bolsa Escola*.
- Essas bolsas serão pagas pelo *orçamento público* (FNDE, Fundeb ??).
  - Quanto??
    - ❖MEC – R$ 279,13/aluno/mês (VAA, meta legal para efeito do Fundeb).
    - ❖Custo do aluno hoje seria em torno de R$ 350/mês – estudo IPEA, Sergei Soares (Valor 9/1/20).
    - ❖Prefeitura de São Paulo pagará R$ 727,00/mês para creches conveniadas a fim de cumprir metas de universalização de creches (G1 12/11/2019).
    - ❖Revisão anual de valores, baseado em custos e desempenho.

✓No caso de escolas privadas, eventuais custos com material escolar devem ser incluídos no valor da bolsa.

Educação tripartite...



<u>Atrativo</u>:

Professores e escolas premiadas financeiramente...

Escola

Classificação nacional escolar

- Criação da **CNEF-Classificação Nacional do Ensino Fundamental.**
- Todas(*) as escolas, **públicas e privadas**, serão classificadas nacionalmente com base nos resultados de seus alunos nos ENEFs.
- Uma versão aperfeiçoada do IDEB irá determinar a CNEF.
- Classificadas em **3 terços: Inferior, Médio e Superior**.
  - Terço Inferior: 0 ao 33º percentil
  - Terço Médio: 34º ao 66º percentil
  - Terço Superior: 67º ao 100º percentil

(*)A exceção das escolas listadas no Art. 6º da Portaria MEC nº 366.

I - escolas com menos de 10 estudantes matriculados nas etapas avaliadas;
II - as turmas multi-seriadas;
III - as turmas de correção de fluxo;
IV - as turmas de Educação de Jovens e Adultos;
V - as turmas de Ensino Médio Normal/Magistério **(?)**;
VI - as classes, as escolas ou os serviços especializados de Educação Especial não integrantes do ensino regular; e
VII - as escolas indígenas que não ministrem a Língua Portuguesa como primeira língua.

Premiação aos professores de escolas *públicas*

- Professores de escolas públicas classificadas no ***terço Superior*** da CNEF receberão **dois salários base** adicionais por ano (14º e 15º salários) no ano.
- Professores de escolas públicas classificadas no ***terço Médio*** da CNEF receberão **um salário base** adicional por ano (14º salário).
- Professores de escolas públicas classificadas no ***terço Inferior*** da CNEF **não recebem** premiação *naquele ano*.

➢Incentivo financeiro à excelência acadêmica.

Premiação para escolas *privadas*

- Escolas privadas, classificadas **somente no *terço Superior*,** da CNEF receberão do estado uma **Compensação** financeira **Adicional por Desempenho – CAD** (além das bolsas dadas aos alunos).
- Parte dessa CAD (a%) deverá ser aplicada necessariamente em *atividades acadêmicas*, incluído aí premiações a professores, investimentos em infraestrutura, material de laboratórios, e cursos de aperfeiçoamento aos professores.
- A parte remanescente (1-a%) poderá ser *distribuída aos proprietários*, isenta de tributos.

➢Incentivo financeiro à excelência acadêmica.

Acesso inicial (1º ano)

- No preenchimento das vagas de *bolsistas* (50%) no 1º ano do Ensino Fundamental, a prioridade de acesso será dada pelo tempo que o aluno frequentou a **Educação Infantil** (só pública ??), e pelo ***HSF - Histórico Sócio Familiar*** *feito pelo MSAS*[(*)].
  - Mais tempo na Educação Infantil conta mais pontos.
  - Bom HSF conta mais pontos.
  - As famílias com *menor renda* familiar terão prioridade.
  - *As vagas remanescentes continuarão a ser preenchidas livremente por critérios próprios das escolas.*

➢ Incentivo à Educação Infantil (muito importante!), e oportunidade para filhos de pais que precisam trabalhar e deixar os filhos em creches.

(*) Ministério da Saúde e Assistência Social, utilizando alunos dos cursos de ciências sociais de faculdades públicas.

Infraestrutura e Financiamento

Fundeb = 63% da verba da Educação Básica

- Problemas:
  - Falhas na *formação* do fundo
    - Nem todas as fontes de recursos de Estados e Municípios são incluídas, portanto enseja cálculo errôneo sobre a capacidade contributiva (riqueza) de cada estado.
  - Falhas na *distribuição* do fundo
    - As verbas são distribuídas *por estado*, ocasionando desigualdades entre município dentro do mesmo estado;

➢ Melhorias:

- **Distribuição inicial** por município ou microregião e não por estado, respeitando os critérios iniciais de número de alunos ponderado pelos *critérios socioeconômicos*;
- **Equalização (complementação) posterior** por escola, respeitando *critérios de desempenho* (IDEB).

Desenvolvimento vocacional

- Serão criados **Cursos de Desenvolvimento Vocacional (CDV)** a serem disponibilizados aos alunos em idade escolar, dentro das faculdades de Educação Física(EF) e de Música(M) em todo território nacional.
- Os alunos que tiverem *frequência mínima e aproveitamento* nos CDV receberão **pontuação adicional nos ENEFs** (5% a 10% ??), o que ajudará no acesso aos níveis seguintes de ensino via SiSEB.

❖Esses cursos **não** serão obrigatórios.

➢Incentivo à cidadania (investir tempo em cultura e desporto), e tirar crianças das ruas.

Testes de aptidão específica

- Como forma alternativa aos CDVs, testes de aptidão específica deverão ser disponibilizados aos alunos do 5º ano e 9º ano.
- Haverá inicialmente o **TAE-Teste de Aptidão Esportiva** e **TAM-Teste de Aptidão Musical**, aplicados pelas faculdades de Educação Física (EF) e de Música (M) em todo território nacional, a fim de incentivar alunos com aptidões específicas.
- Haverá ***pontuação adicional*** *(5% a 10% ??)* nos ENEFs aos alunos que tiverem aptidões verificadas nas áreas Desportiva ou Musical.

❖Estes testes **não** serão obrigatórios.

Aperfeiçoamento pedagógico

- Os CDV farão parte obrigatória do *curriculum das faculdades de EF e M*, como carga horária de desenvolvimento pedagógico aos alunos, futuros educadores físicos e musicais.
- Maior parte da carga horária do último ano dos cursos de EF e M deverá ser dedicada a esses CDV.

➢ É sabido que nossos professores/educadores carecem de maior e melhor prática de ensino.

Formação mínima de professores

- Professores de **Educação Infantil** deverão ter um 4º ano de Ensino Médio Técnico (Magistério).
  - Todas as escolas de educação infantil deverão ter pelo menos um pedagogo e um psicólogo (tempo parcial), além de um educador musical e um auxiliar de enfermagem.
- Professores do **Fundamental 1** deverão ter curso superior em *Pedagogia.*
- Professores do **Fundamental 2** deverão ter *Licenciatura* em área de especialização (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas).
- Professores do **Ensino Médio** deverão ter *Licenciatura e Pós-graduação* (*lato sensu*) em sua área de especialização.
  - Aumento **substancial** na carga horária de prática de ensino em escolas (estágio).
- 5 anos de prazo, a partir da entrada em vigor, para o professor se adaptar.
- Antigos professores (mais de 20 anos no ensino ??) ficarão dispensados da titulação mínima.

Educação continuada dos professores

- Todos os professores, de escolas públicas e privadas, deverão cumprir carga horária mínima anual de **EC-Educação Continuada** (40 h ??).
- O Ministério da Educação deverá disponibilizar cursos em EaD-Educação a Distância aos professores a fim de cumprir a carga horária mínima de EC.
- Os professores da rede *pública* não pagarão pelos cursos de EC que venham a frequentar, presenciais ou EaD.
  - Os custos de desenvolvimento dos cursos EC, presenciais ou EaD, disponibilizados *por ente público ou privado,* desde que atendam requisitos mínimos, serão bancados por rubrica específica no orçamento público.
- Na rede *privada*, as escolas e/ou os próprios professores arcarão com os custos de EC, pagando inclusive pelos cursos disponibilizados por ente público.
  - Poderá ser utilizada parte da Compensação Adicional por Desempenho-CAD caso a escola decida bancar esses cursos.

➢ Incentivo ao aperfeiçoamento técnico e acadêmico.

Gestão da escola pública

- O corpo gestor das *escolas públicas* (diretor e coordenadores), receberá 2 salários adicionais no ano (adicional de função *não apostilável*) e será escolhido por **eleição na CEE-Comunidade Escolar Estendida (professores e familiares)**, realizada a cada 2 anos, com peso 50% de votos de familiares e 50% de professores.
- A continuidade do corpo gestor da escola **dependerá do desempenho** da escola no CNEF.
  - O corpo gestor das escolas no **terço Superior** da CNEF terá sua *recondução* automática para o biênio seguinte, salvo por motivos fortuitos (manifestados na CEE) ou de força maior.
  - O corpo gestor das escolas no **terço Médio** da CNEF poderá se *candidatar* à reeleição.
  - Nas escolas classificadas no **terço Inferior** da CNEF por *2 anos consecutivos*, os cargos de direção e coordenação acadêmica, com respectivos *adicionais de função*, serão necessariamente perdidos, e seus integrantes *não poderão* se candidatar para continuidade no biênio seguinte.
    - Caso o IDEB da escola suba 50% (?) no biênio, o corpo gestor ainda poderá se *candidatar* à reeleição.

➢ Incentivo à cidadania e ao comprometimento social com desempenho.

Gestão da escola pública

Descentralizar a gestão dos recursos financeiros e contratações de serviços.

- Dar a execução orçamentária desses serviços diretamente à escola, onde eles são realmente utilizados.
  - Manutenção de rede hidráulica e elétrica;
  - Manutenção de telhados, conserto de infiltrações;
  - Consertos de equipamentos;
  - Reparos para qualificar banheiros e cozinhas.
  - Compra de mobiliário e materiais necessários ao ensino;
  - Executar planos de prevenção contra incêndios; e,
  - Reformas de adequação de acessibilidade;
- Orçamento de manutenção em função do *número de alunos (tamanho)* da escola.
- A auditoria, revisão e aprovação de contas da escola será feita pela comunidade (CEE), através de **comitê de auditoria**, como num condomínio residencial.
- Os governos (3 níveis) disponibilizam serviços de consultoria e planejamento, para assessoria das escolas quando necessário.
- A *folha de salários* continua centralizada nos governos.

Avaliação individual 360

- Todos os professores e gestores de *escolas públicas* deverão passar por **AA360-Avaliação Anual 360 graus** (por alunos, pares e superiores).
- Essa avaliação será dada a conhecer a toda CEE, e só servirá a fins da própria CEE.
- Essa avaliação será desenvolvida pelo INEP e cobrirá, além de itens gerais e uniformes, itens particulares às regiões e diferentes perfis de escolas.

➢Incentivo ao aperfeiçoamento individual e responsabilidade social.

Conservação escolar

- A limpeza de todas as escolas públicas do ensino básico deverá ser realizada pela **CE-Comunidade Escolar** (**alunos e professores**).
- Os *10 minutos finais* nos períodos matutino, vespertino e noturno, deverão ser dedicados à limpeza das salas de aula pelas respectivas turmas.
- As *áreas comuns* deverão ser limpas em sistema de escala entre as turmas do Fund2 e Médio, incluindo pátios e jardins.
  - Limpeza terceirizada somente para banheiros e áreas administrativas (por questões de saúde e segurança).
- A limpeza e conservação das escolas será verificada em ARI-Auditoria Regular Independente(*), e **acrescentará ou tirará pontos da escola no IDEB**.

  (*) Alunos de faculdades públicas receberão a incumbência de visitar as escolas do ensino básico ao longo do ano, e as ARI serão aplicadas via aplicativo móvel (App), mediante resposta a questionários padronizados. Os resultados das ARI serão disponibilizados prontamente à comunidade escolar, permitindo correções ao longo do ano.

➢ Incentivo à cidadania e desenvolvimento social.

Ensino Médio Profissionalizante

Cursos de tecnologia

- Ampliação e reforço de cursos tecnológicos de nível médio nas escolas públicas e privadas.
  - Cursos de 4 anos, dos quais 2 em tempo integral;
  - Acesso via SiSEB/ENEF2;
  - Em conjunto com Estados para fins de infraestrutura e priorização de cursos;
  - Com forte apelo prático nos dois últimos anos (modelo alemão);
  - **100% dos alunos de escolas *públicas* recebem bolsa nos *dois últimos anos* (1 SM em período integral)**;
- Acesso *adicional* via exames de *seleção local* (ou ENEM...) aos alunos do 3º ano do Ensino Médio, diretamente para os 2 últimos anos.
- Ampliação do Sistema "S";
- Ampliação de cursos de tecnologia voltados ao *agronegócio* e *turismo ecológico*;
- **Vagas para Magistério (4º ano Ens.Médio) em todas as cidades, para suprir necessidade local da Educação Infantil.**

➢ Voltados ao aumento da produtividade e empregabilidade a curto prazo.

Proposta de Emenda Constitucional

Para permitir a Reforma Educacional

Emendas constitucionais: Art. 206, inciso IV

De

- “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;”

Para

- “gratuidade do ensino público **básico** em estabelecimentos oficiais;”

Emendas constitucionais: Art. 209

De

- (...)

Para **(incluir)**

- **Parágrafo único. Por 30 anos, a educação privada deverá, na forma da lei, oferecer vagas para bolsistas no ensino básico.**

➢ Disposição transitória

Emendas constitucionais: Art. 213

De

- Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

  I – comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

  II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

Para

- Os recursos públicos serão destinados **prioritariamente** às escolas públicas, podendo também ser dirigidos a:

  I - escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

  a) comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

  b) assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

  II – verbas complementares para o ensino fundamental e médio de escolas privadas, na forma da lei.

Emendas constitucionais: Art. 212-A (Fundeb)

De

Inciso V

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica;

Para

Inciso V

c) **de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) a 9,5 (nove inteiros e cinco décimos)** pontos percentuais nas redes públicas **e privadas** que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica;

Alteração da Estrutura Ministerial

Nova estrutura ministerial



1) Ministério da Educação (Básica) (MEC).

Objetivo: entregar à sociedade um cidadão formado e produtivo (*PIA-Pop.IdadeAtiva*).



2) Ministério do Ensino e Pesquisa (Superior) (MEP).

Objetivo: organizar e desenvolver a Força de Trabalho da sociedade (*PEA-Pop.Econ.Ativa*); desenvolver C&T.

MEC-Min. da Educação

- Secretaria Executiva
  - FNDE/Fundeb
    - **Verba de bolsistas (Educação Básica)**; questões de financiamentos transversais com outros entes federativos e privados.
- Secretaria de Educação Infantil
  - Integração com municípios; registro de matrículas e frequência para fins de contagem de tempo para acesso 1º ano.
- Secretaria de Ensino Fundamental e EJA-Educação para Jovens e Adultos
  - Integração com estados e municípios; acabar com analfabetismo.
- Secretaria de Ensino Médio e Educação Tecnológica
  - Integração com estados; escolas técnicas (ETECs, ETFed, Sistema “S”).
- Secretaria de Esportes e Cultura na Educação
  - Implantação dos CDV

MEP-Min. do Ensino, Pesquisa e Trabalho

- INEP: Aplicação dos Exames Nacionais (ENEFs, ENEM e ENADE) e Sistemas de Seleção Unificados (SiSEB 1 e 2 e SiSU).
- Secretaria Executiva
- Secretaria de Ensino Superior, Pesquisa e Pós-graduação *stricto sensu*
  - Universidades, Faculdades, Institutos Federais, Capes, CNPq, pesquisa acadêmica, intercâmbio internacional. Foco na qualidade dos cursos e pesquisas.
- Secretaria de Ensino Especializado e Pós-graduação *lato sensu*
  - *Cursos de especialização, extensão, MBAs, educação profissionalizante e educação continuada em geral*
- Secretaria de Pesquisa Aplicada e Tecnologia
  - *Laboratórios, convênios com empresas, projetos especiais (integração com Finep, Embrapa, CTA, IPT, CPqD, Fiocruz...)*
- Secretaria de Relações Trabalhistas
  - *Conselhos profissionais, Caged, Sindicatos, trabalho estrangeiro, planejamento migratório*
    - *Foco são os trabalhadores já em atividade profissional e ingressantes no mercado de trabalho (PEA- Pop Econ. Ativa).*
    - ➢ *A proteção social do trabalhador será transferida parte para o Ministério da Saúde e Assistência Social (trabalhadores inativos, afastados ou desempregados) e parte para o Ministério da Fazenda e Previdência Social (aposentados e pensionistas).*
  - Sub-secretaria de relações trabalhistas do serviço público. Coordena *Programa Primeiro Emprego* p oriundos de faculdades públicas gratuitas.

➢ Planeja, integra, e fiscaliza **os cursos superiores, as atividades de pesquisa e as necessidades de profissionais no mercado de trabalho**. Inclui C&T. Interage no planejamento dos quadros do serviço público.

Roteiro de Implementação

Implementação (sequência)

1. <u>Não exigem Emenda Constitucional</u>:
   i. Inclusão das escolas *privadas* na ANRESC (Prova Brasil);
   ii. Aplicação *anual* da ANRESC;
   iii. Transformação da ANRESC nos *ENEF1 e ENEF2*;
   iv. Criação da *CNEF*, usando as notas do IDEB;
   v. *Premiação* dos professores pela regra dos terços;
   vi. Criação dos SiSEB1 e SiSEB2 no âmbito das escolas *públicas*;
   vii. Implantação dos CDV e Testes de Aptidão;
   viii. Oferta dos cursos de Educação Continuada (EC) aos professores do ensino *público*;
   ix. Exigência da EC aos professores da rede *pública e privada*;
   x. Reforma dos cursos superiores, aumentando ênfase na pedagogia e CDV nos cursos de *licenciatura*;
   xi. Exigência de formação acadêmica *mínima* dos professores;
   xii. Implantação de *eleições* para Gestão Escolar;
   xiii. Implantação do programa de DCSF – declaração de condição sócio familiar para ingresso no 1º ano;
   xiv. Exigência do Exame de Suficiência (ENADE) nos cursos superiores *específicos*;
   xv. Implantação da Bolsa Escola para alunos de escolas *públicas*;
   xvi. Implantação do programa de Estímulo à Cidadania (Limpeza Escolar);
   xvii. Implantação do programa de avaliação *individual* AA360;
   xviii. Extensão do SiSEB às escolas *privadas*;

Implementação

- 2. Exigem Emenda Constitucional:
  - Implantação do programa de Bolsas em escolas privadas;
  - Implantação da CAD - Compensação Adicional por Desempenho, para escolas privadas;
  - Liberação para universidades públicas cobrarem anuidade;
  - Extensão do (Prouni/Fies) para faculdades públicas pagas;
  - Implantação do programa Primeiro Emprego, para egressos de faculdades públicas gratuitas;

- 3. Não exige Emenda Constitucional:
  - Modificação na estrutura ministerial (MEC + MEP) de Gestão de Educação e Ensino;

Estimativa de valores (primeira ideia...)

- **Salário adicional** para professores da rede *pública*:
  - 2,2 milhões de professores x 80% estão na rede pública = 1,76 milhões de professores
  - Salário médio = R$ 6.000(?)/mês
  - 33% x 0 + 33% x R$ 6.000 + 33% x R$ 12.000 = R$ 6.000 (um salário/ano)
  - R$ 6.000 x 1,76 milhões = **R$ 10,5 bilhões**
- **Bolsas** para alunos da rede *privada*
  - 47,9 milhões de alunos x 19,1% nas escolas privadas = 9,2 milhões de alunos em escolas privadas
  - Bolsistas (50% melhores alunos) = 9,2 milhões x 50% = 4,6 milhões de alunos
  - Mensalidade média = R$ 1.000 (?)
  - Bolsa governamental = R$ 500(?)/mês x 4,6 milhões de bolsistas = R$ 2,3 bilhões/mês x 12 = **R$ 27,3 bilhões**
- **Bolsas** alunos classificados nas escolas *públicas*
  - (47,9 – 9,2) milhões de alunos x 50% x R$ 350 = R$ 5,5 bilhões/mês x 12 = **R$ 65,5 bilhões**
  - Ensino médio profissionalizante = 1,9 milhões de alunos x 50% (2 anos) x 48,8% (públ.) x R$ 1.000 = **R$ 0,5 bilhão**
- **Compensação Adicional** para *terço superior* da rede privada
  - Perda de receita = (R$ 1.000 – R$ 500) x (4,6 milhões de alunos x 33%) = R$ 0,8 bilhões/mês x 12 =**R$ 9,6 bilhões**
- **Total =** R$ 10,5 bi + R$ 27,3 bi + R$ 65,5 bilhões + R$ 0,5 bi + R$ 9,6 bi = **R$ 113,4 bilhões (aprox. 1,1% do PIB)**

➢ Esse valor seria *ao final de 10 anos*, quando o programa estiver totalmente implementado (50% de bolsistas). Teríamos 10 anos para abrir 1,1% do PIB de espaço no orçamento federal.

censo escolar

EDUCAÇÃO BÁSICA

180,6 mil escolas



47,9 milhões de matrículas

48,1% QUASE A METADE DOS ALUNOS MATRICULADOS SÃO ATENDIDOS PELOS MUNICÍPIOS

Onde estão os alunos?

- **32%** na rede estadual
- **19,1%** na rede privada
- **0,8%** na rede federal
- **88,9%** em área urbana

EDUCAÇÃO INFANTIL

8,9 milhões de matrículas em creches e pré-escolas

- **71,4%** na rede municipal
- **27,9%** na rede privada
- **10,5%** em escolas da zona rural

CRESCHES

CRECHES EM FUNCIONAMENTO NO BRASIL

3,8 milhões de matrículas

56,4% das matrículas em tempo integral

45,3% das matrículas em creches privadas estão em instituições conveniadas com o poder público

PRÉ-ESCOLAS

- **102 mil** escolas
- **5,2 milhões** de matrículas
- **11,1%** das matrículas em tempo integral

ENSINO FUNDAMENTAL

26,9 milhões de matrículas

86,7% localizadas em escolas urbanas

9,4% matrículas em tempo integral

ANOS INICIAIS

109,6 mil escolas oferecem os anos iniciais do ensino fundamental

38,8% dos estabelecimentos que oferecem anos iniciais têm até 50 alunos e apenas **3,9%** têm mais de 500

15 milhões de matrículas

- **67,6%** na rede municipal
- **19,2%** na rede privada
- **13,1%** na rede estadual

ANOS FINAIS

11,9 milhões de matrículas

99,6% frequentam o turno diurno

- **42,9%** na rede municipal
- **41,6%** na rede estadual
- **15,4%** na rede privada

ENSINO MÉDIO

7,5 milhões de matrículas

- **83,9%** na rede estadual
- **12,5%** na rede privada
- **3%** na rede federal
- **17,8%** de matrículas no turno noturno
- **10,8%** em tempo integral

Na rede pública, 11,7% das matrículas são em tempo integral

- **95%** das matrículas em escolas urbanas
- **41%** estudam em escolas com mais de 500 alunos

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

1,9 milhão DE MATRÍCULAS



PROFESSORES E DIRETORES

2,2 MILHÕES DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

- **599 mil** atuam na educação infantil
- **1,4 milhão** atuam no ensino fundamental
- **507,9 mil** atuam no ensino médio

161,4 MIL DIRETORES

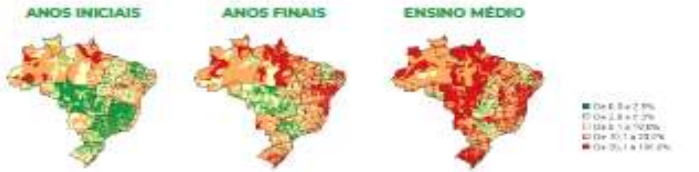
- **80,8%** são do sexo feminino
- **86,4%** têm formação superior

TRAJETÓRIA

- **94,2%** de aprovação nos anos iniciais do ensino fundamental em 2018*
- **88,1%** de aprovação nos anos finais do ensino fundamental
- **83,4%** de aprovação no ensino médio

* os dados sobre trajetória escolar do Censo são calculados com base no ano anterior à coleta

Taxas de insucesso (reprovação + abandono) por município e etapa de ensino – Brasil 2018



Infográfico elaborado pela Ascom/Inep com base nos dados do Censo Escolar 2019

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar 2019

INEP

Anexo: dois vetores desta Reforma:

1. Sinergia endógena: *todos* os participantes do processo, alunos, professores e familiares, *buscam*, através de incentivos específicos, sinergicamente, *a melhoria do aprendizado*. O professor porque terá benefício financeiro imediato (salários adicionais), o aluno porque terá mais oportunidades de ascensão social no curto prazo (escola melhor) e no longo prazo (oportunidades profissionais), e a família porque terá *bolsa escola* imediatamente e melhores oportunidades para os filhos no longo prazo.
2. Auto-ajustamento: o sucesso depende do resultado no curto prazo; a CNEF para os professores e escolas, e os ENEFs para os alunos e familiares. As escolas e professores têm **liberdade para *implementar a pedagogia que quiserem* para atingir o objetivo de melhorar seu IDEB.**

Anexo: Implementação controlada

- Mesmo após a implementação completa, metade das vagas continuarão a ser preenchidas por *critérios próprios das escolas*, permanecendo como referência para comparação (*benchmark*).

➢O sucesso do sistema pode ser acompanhado e avaliado, tanto no nível macro (país, estados e municípios) quanto no micro (redes e escolas).

Anexo: Bolsa Escola

- **Progressão** do valor da bolsa:
  - Educação infantil: R$ 200,00
  - Ensino Fundamental 1: R$ 300,00
  - Ensino Fundamental 2: R$ 400,00
  - Ensino Médio: R$ 500,00
  - Ensino Profissionalizante(*) (2 anos período integral): R$ 1.500,00 (1 SM)

➢Estimula a busca pelo progresso escolar.

➢(*) Nas escolas classificadas nos *terços superior e médio*.

Resumo:



- O sistema educacional pode ser *melhor mobilizado*, ou seja, produzir melhores resultados, através de um **sistema de incentivos** adequado, onde todos os participantes, alunos, famílias e escolas (públicas e privadas) estejam *empenhados em obter seus próprios benefícios de curto prazo*.
- As *melhores pedagogias* acabarão **naturalmente selecionadas** ao longo do tempo, pois elas é que permitirão às escolas atingir as metas de sucesso.

ÊNIO BONAFÉ - CURRÍCULO RESUMIDO

Engenheiro Civil, Economista e Contador. Mestre em Economia, Doutor e Pós-doutor em Contabilidade na FEA/USP. Tem mais de 30 anos de experiência profissional. Professor da USP, tendo lecionado na FEA-USP, FGV, Mackenzie, Fipe, Fipecafi e outras.

Pai de 3 filhos e um neto.

eniobonafe@gmail.com, (11) 98281 2905